

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE: ATRAVESSAMENTOS EM UM MUNDO GLOBALIZADO

Miriam Marinho Mendes¹
Pedro Paulo Gastalho Bicalho²

RESUMO

O artigo foi engendrado mediante pesquisa bibliográfica que possibilitou por em análise os aspectos que permeiam discursos acerca da Responsabilidade Social Empresarial. Buscou-se contrapor idéias e dialogar com autores sobre as interfaces da questão. Lançou-se luz sobre alguns dos acontecimentos históricos que precederam a construção desse novo paradigma organizacional, com a finalidade de compreender parte dos atravessamentos que propiciaram a emergência desse fenômeno. Importou também analisar fatores contemporâneos – como a extensão universitária – que subjazem as novas tendências de ação social. Entendendo-se que o passado e o presente estão articulados de forma indissociável, foi um imperativo examinar os diferentes processos e sujeitos históricos, assim como as relações que se estabeleceram em diferentes tempos e espaços. Neste sentido, a cartografia mostrou-se a metodologia mais apropriada para o propósito deste trabalho, visto que possibilitou mapear e problematizar as relações de força que permitiram a emergência de produções de subjetividade, que legitimam e fazem tal questão funcionar.

Palavras-chave: responsabilidade social; produção de subjetividade; relações de saber-poder; globalização.

SOCIAL CORPORATE RESPONSIBILITY, UNIVERSITY EXTENSION WORK AND PRODUCTION OF SUBJECTIVITY: TRANSVERSALITIES IN A GLOBALIZED WORLD

ABSTRACT

The article was engendered based on a literature search that has put in question the issues that permeate discourses of the Social Corporate Responsibility. Thus, the aim was to counter ideas and talk to authors about the interfaces of the matter. Some of the historical events that preceded the construction of this new organizational paradigm were put in evidence, in order to understand parts of the subject that enable the emergence of this phenomenon. It was also important analyse factors that underlie contemporary trends in private social action. It is understood that the past and present are articulated in an inseparable manner, it was imperative to examine the different processes and historical subject and the relationship that is established in different times and spaces. In this sense, the mapping was the most appropriate methodology for this work, which make possible map and question the balance of power that allowed the emergence of productions of subjectivity, that legitimate and makes these questions work on.

Key words: social responsibility; production of subjectivity; power network; globalization.

¹ Discente do curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

² Professor Adjunto do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito

Introdução

O movimento de responsabilidade social empresarial - presente nas estratégias mercadológicas de empresas de vários setores - remete ao questionamento sobre o entrecruzamento das esferas público e privado, e suscita também a indagação sobre como se deu este processo em que organizações passaram a assumir responsabilidades que antes eram compreendidas como obrigações do Estado.

Para pôr em análise a emergência desta mudança no modelo de gestão adotado por muitas empresas torna-se fundamental examinar as transformações em escala global desencadeadas pela lógica neoliberal, que suscitaram alterações na configuração dos espaços públicos, momento em que o Estado forja hipossuficiência para lidar com a questão social.

Foi utilizado o método cartográfico, como proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari, como citado em Kastrup, 2007. Esta modalidade de pesquisa pode ser entendida como um processo contínuo de identificação e rastreamento de relações de poderes, que permitem que determinado objeto emerja. Ou seja, é um trabalho ao nível do fluxo, da continuidade. Kastrup (2007), observa que “a atitude investigativa do cartógrafo seria mais adequadamente formulada como um ‘vamos ver o que está acontecendo’, pois o que está em jogo é acompanhar um processo, e não representar um objeto” (p. 20).

Então, não há uma atitude de seguir um caminho linear que visa um fim, não havendo, portanto, coleta de dados, e sim a produção destes.

Bauman (2007) discorre sobre as decepções vivenciadas pela humanidade com a perda das esperanças no projeto moderno, que mostrou as contraditórias consequências dos avanços da ciência, da técnica e da organização. Giddens (1991) descreve que a velocidade da mudança na era moderna é extrema, a qual se expressa nos avanços tecnológicos e também em todas as esferas.

No discurso da globalização neoliberal sempre se fez presente a promessa de que este modelo atenderia aos interesses econômicos em escala global, uma vez que a mínima intervenção estatal sobre a economia permitiria que esta operasse de maneira eficiente, alavancando o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Os economistas defensores dos ideais neoliberais alegavam que era necessária a redução do poder do Estado, porque este estabelecia impostos e tributos que ocasionavam a queda da produção e o aumento da inflação. Sob esta ótica, o equilíbrio da economia mundial dependeria da minimização da interferência dos governos (Giddens, 1991).

Convém trazer à memória que o Liberalismo do século XVIII representou uma doutrina que serviu de substrato ideológico aos anseios da burguesia, consolidando sua força econômica frente aos entraves do Estado. Pensadores daquele período criticavam o mercantilismo, propondo o fim da interferência estatal e justificando que a política intervencionista que impunha restrições servia de obstáculo à expansão da economia. (Giddens, 1991).

O discurso neoliberal em muito se assemelha ao do século XVIII, anunciado como a solução para os problemas econômicos mundiais, capaz de acelerar o desenvolvimento global e reduzir a pobreza. Ao contrário de suas promessas, os índices de desemprego aumentaram, principalmente o “desemprego estrutural”, decorrente do processo de automação industrial e informatização que demandam trabalhadores tecnicamente mais qualificados e levam à extinção muitos dos cargos que exigem pouca qualificação profissional.

A grande massa de pessoas que não tem acesso ao “capital cultural” exigido pelo mercado de trabalho, via de regra, fica à margem, restando-lhe o subemprego. Muitos

trabalhadores experimentam diariamente os efeitos da ansiedade gerada pela instabilidade de seus empregos e pela precariedade das condições de trabalho. O que se assiste é o agravamento do quadro, no qual houve o aumento dos índices de desemprego, pobreza, conflitos entre povos e aumento das desigualdades entre os ditos países ricos e pobres. (Bauman, 2007).

Tendo em vista que os pensadores iluministas influenciaram a Revolução Francesa e a concepção de Estado moderno e o Iluminismo assumiu o caráter de um movimento que pretendia esclarecer o homem, tendo como fundamento a difusão do uso da razão para dirigir a vida em todos os seus aspectos, faz-se proveitoso salientar alguns de seus aspectos. Opondo-se à situação dominante na Europa naquele período, seus principais expoentes propunham a liberdade de consciência e expressão, como sustentáculos da participação política de todos os cidadãos e a instauração de um governo democrático. O ideário iluminista pautava-se em três princípios básicos para seu projeto civilizatório: universalidade, individualidade e autonomia. Sobre individualidade, diziam que todos os homens deveriam ser vistos como pessoas concretas e não apenas como integrantes de uma coletividade. O princípio da autonomia trazia a noção de que os homens são aptos para pensar por si mesmos, sem necessitar do intermédio religioso ou ideológico, e para agir no espaço público com a finalidade de adquirir os bens e serviços necessários à sobrevivência através de seu trabalho.

Na concepção contratualista de Hobbes (1997), a sociedade nasce com o Estado, no momento em que os homens estabeleceram um pacto de submissão, que consiste em uma transferência de direitos. Esta associação entre homens se deu pela busca de proteção. Ao Governo caberia manter a paz entre os homens. Em *Leviatã*, o filósofo teoriza que o homem no "Estado de Natureza" vivia em um estado primitivo de desordem, no qual havia a preponderância do instinto sobre a razão. Cada homem representava uma ameaça para os outros homens, pois estavam sob o domínio do instinto/paixão e, dessa forma, apresentavam atitudes agressivas e egoístas, que desencadeava na "*Bellum omnium contra omnes*", isto é, na guerra de todos contra todos. Na concepção de Hobbes, na condição natural dos homens cada um tende a se apropriar de tudo o que necessita para a sua própria sobrevivência e conservação, não havendo limite imposto pela natureza e a predominância de uns sobre os outros.

Dado que a condição do homem [...] é uma condição de guerra de todos contra todos, sendo nesse caso cada um governado por sua própria razão, e não havendo nada de que se possa lançar mão, que não possa servir-lhe de ajuda para a preservação de sua vida contra seus inimigos, segue-se daqui que numa tal condição todo homem tem direito a todas as coisas, incluindo os corpos dos outros. (Hobbes, 1997, p.113).

Neste contexto surge a idéia do "*homo homini lupus*" – o homem como lobo do homem. (Hobbes, 1997). Para superar o temor que advinha deste estado de primitiva desordem, os homens passaram de um Estado de Natureza para um Estado Social, no qual o estabelecimento de leis foi uma condição para um convívio social harmônico e para preservação da segurança. Qualquer Governo seria, deste modo, melhor que o Estado de Natureza.

Cabe fazer menção, ainda entre os chamados contratualistas, ao filósofo inglês John Locke. Considerado o pai do liberalismo político, este pensador desenvolveu a teoria de que o estado natural em que viviam os homens culminaria no caos, já que cada um estabelecia sua própria vontade. Neste estado prevaleciam a liberdade e a igualdade absolutas, sem controle de nenhum tipo de governo, onde cada indivíduo tinha sua própria lei para proteger seus direitos naturais – vida, liberdade e propriedade. Para o filósofo, a única alternativa para superar o caos seria o estabelecimento de uma sociedade civil e a instituição de um governo. Desta forma, o Estado surgiria com a função de organizar e regulamentar os direitos do homem. Há de se ressaltar que as questões apresentadas estavam voltadas para a

representação política dos interesses dos proprietários de terra e dos possuidores de excedentes monetários, isto é, dos burgueses. Sob sua concepção, a propriedade já existia no estado de natureza, sendo anterior à sociedade e um direito natural do indivíduo. Desta forma, ele concebia que a propriedade era um direito incondicional e anterior mesmo ao contrato social, que não poderia ser violada de forma alguma pelo Estado. Para o inglês, a existência do Estado tem como fundamento e objetivo a preservação e a proteção da propriedade. (Chauí, 2002)

Outro importante pensador contratualista foi Jean-Jacques Rousseau, criador da obra *O Contrato Social* (1762). Apesar de compartilhar com outros autores a idéia do surgimento da sociedade a partir de um contrato social, este filósofo conceituou que os homens em “estado de natureza” não viviam em caos, como acreditava Locke e Hobbes. Para Rousseau, o homem em seu estado primitivo encontrava-se sob o domínio da bondade e a convivência era pacífica, não havendo atritos com seus semelhantes, porque sem a existência de propriedade privada, todos eram iguais entre si. Ele defendia que os homens eram naturalmente bons, mas seria a sociedade que lhes corromperia. De acordo com sua perspectiva, foi no momento em que os homens começaram a demarcar suas propriedades que se instaurou o conflito, o processo de desigualdade e dominação, no cerne das misérias humanas:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não poupariam ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: “Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!”. (Rousseau, 1973, p.265).

Seria, então, através do contrato social que se realizaria uma sociedade civil capaz de garantir os direitos da comunidade, na qual cada indivíduo entraria em acordo para se submeter à vontade da maioria. Desta forma nasceria o Estado, compreendido como a comunidade politicamente organizada, cuja função soberana era expressar a vontade geral. Rousseau buscou desenvolver um sistema político que minorasse as diferenças entre os homens, criadas pela sociedade civil, no qual o Estado teria a função de defender a “vontade geral”. Sob a ótica desse pensador, o povo é soberano, sendo ativo dentro da sociedade porque cria leis e passivo porque as obedece.

Globalização, Neoliberalismo e Responsabilidade Social Empresarial

O descontentamento da sociedade civil frente à diminuição dos investimentos em políticas públicas e as pressões advindas de tal insatisfação parecem configurar um campo fecundo para a influência do discurso neoliberal que diz que a resolução da questão social é favorecida a medida que o Estado facilita o progresso econômico. As idéias resultantes do “Consenso de Washington” (Kuczynski & Williamson, 2004) tiveram forte influência nas reformas econômicas de muitos países, os quais se adequaram à doutrina neoliberal, que preconiza a desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do papel do Estado.

O que se convencionou chamar de Consenso de Washington fixou um modelo neoliberal de desenvolvimento econômico a ser implementado pelos governos nacionais nas décadas seguintes. Constitui-se de um conjunto de medidas formulado em 1989 por economistas de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, passando a ser recomendado para os países em desenvolvimento. Dentre o elenco

das 10 medidas, menciona-se: redução dos gastos públicos, reforma tributária, abertura comercial, privatização das estatais, eliminação de restrições e afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas. O que se propõe é a privatização dos serviços sociais essenciais mediante parcerias entre o Estado e a sociedade civil, sob o pretexto de que as despesas com as questões sociais são as principais causas do *déficit* público. (Kuczynski & Williamson, 2004).

Tal questionamento vem atraindo a atenção do meio acadêmico. Paoli (2002), aponta a privatização da esfera pública, enquanto Cheibub e Locke (2002) empreendem uma reflexão acerca da responsabilidade social das empresas e indagam se tais iniciativas representam valores ou interesses corporativos. Sob a ótica dos autores, a transferência do papel do Estado para determinados atores sociais pode ser nociva para o conjunto da sociedade, visto que a empresa passa a ter um poder social aliado ao poder econômico.

Face ao agravamento das questões sociais, verifica-se um apelo cada vez maior à participação voluntária da sociedade civil em ações denominadas de “promoção da cidadania”. Nesta ênfase ao trabalho voluntário e à chamada ação de responsabilidade social, é construída a noção de sujeito co-responsável pelo enfrentamento da exclusão social.

O discurso difundido reveste-se de argumentos que remetem ao humanitarismo, à ética e à solidariedade, deslocando o foco da discussão da gestão dos problemas sociais para a esfera da atuação privada. No entanto, a assimilação de tal postura enfraquece e esvazia o sentido do engajamento político e da reivindicação por direitos universalizados em lei, tais como democracia e cidadania. Nessa esteira, Paoli (2002) menciona que a atuação social privada não favorece a manifestação do “cidadão participativo que comparece ao mundo para além da figura passiva de beneficiário, sombra de quem o beneficia” (p. 380).

A resposta às necessidades sociais deixa um direito do cidadão, e passa agora a ser uma opção do voluntário que ajuda o próximo. Nessa medida, esses projetos não promovem direitos, uma vez que determinam as condições e os grupos que serão atendidos, não contribuindo para a universalização do atendimento social, que era garantida, pelo menos em parte no caso brasileiro, pelo Estado Social. Promover a cidadania muitas vezes passa a ser vista como reinserir o indivíduo menos favorecido economicamente ou “excluído” no mercado, como consumidor e como produtor, o que torna a disposição altruísta e voluntária de um indivíduo, uma organização ou uma empresa privada, um quase sinônimo de cidadania. (Paoli, 2002, p. 377).

Seguindo tal movimento há um crescente número de institutos e associações empresariais que somam esforços para promover a chamada gestão socialmente responsável nos negócios. Ademais, também é crescente a manifestação de interesse por parte de organizações, como apontam reportagens e pesquisas.

As companhias brasileiras estão mais interessadas em práticas de responsabilidade social. O aumento é visível, inclusive, no número de empresas que responderam a pesquisa realizada pelo oitavo ano consecutivo pelo Ires (Instituto ADVB de Responsabilidade Socioambiental). Este ano, das 8.190 empresas pesquisadas, 38% (3.110) responderam as questões, um volume maior que em anos anteriores. "Sem dúvida é uma demonstração de aumento do interesse das empresas em falarem sobre o assunto", afirma Lívio Giosa, coordenador geral do Ires e orientador da pesquisa (“Cresce interesse”, 2007).

Sob a ótica de seus defensores, Responsabilidade Social Empresarial é entendida como uma forma de dirigir as ações organizacionais de acordo com princípios éticos a fim de contribuir para promoção da inclusão social.

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento

sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais” (Ethos Instituto de Pesquisa Aplicada, n.d.).

A ética é entendida como o fundamento da Responsabilidade Social Empresarial e expressa-se através dos princípios e valores adotados pela organização. A forma de conduzir os negócios é o que torna uma empresa socialmente responsável, ao passo que ela assume o papel de parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social, viabilizando projetos em diversas áreas, voltados para diferentes públicos e aplicados de distintas formas. Vê-se ainda o esforço de desvincular e diferenciar a responsabilidade social da filantropia, alegando-se, entre os muitos argumentos, que o ativismo social privado é focado na cadeia de negócios da empresa, tendo um compromisso efetivo com o desenvolvimento sustentável, a gestão dos impactos ambientais, econômicos e sociais provocados por decisões estratégicas, práticas de negócio e processos operacionais.

Reconhece-se que a gestão da Responsabilidade Social Empresarial é, na atualidade, quase um imperativo para as organizações que almejam manter-se competitivas no mercado globalizado. Assim, cada vez mais, empresas veiculam sua forma de conduzir os negócios, destacando seu compromisso com a qualidade de vida atual e das gerações futuras.

Muitas empresas optam por utilizar instrumentos que “atestem” sua postura responsável, por meio de normas que orientam as atividades da empresa dentro de um gerenciamento ético e social. Isto porque, para tal verificação, torna-se importante o emprego de normas e padrões que permitem certa comparabilidade da empresa com o restante o cenário global das outras empresas. Uma importante ferramenta utilizada no Brasil são os indicadores Ethos de Responsabilidade Social, que permitem a avaliação da gestão quanto à incorporação de práticas de RSE, favorecendo o monitoramento do desempenho geral da empresa e o planejamento de estratégias.

Outra ferramenta bastante utilizada é o Balanço Social, pois possibilita tornar pública a responsabilidade social empresarial, através de um demonstrativo anual no qual a empresa reúne informações das atividades desenvolvidas em promoção da vida humana e social, as quais são dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. A prática da publicação do relatório conhecido como Balanço Social é considerada por muitos como a forma mais eficaz de medir e demonstrar os resultados das ações de responsabilidade social e o engajamento da empresa diante das questões sociais. Além dos selos, vale destacar o vertiginoso crescimento de guias, prêmios, certificações e até índices na bolsa de valores que qualificam e respaldam a “boa cidadania corporativa”. Nesse sentido, o social literalmente vira um bom negócio. Há inclusive organizações e agências especializadas no tratamento do compromisso social das empresas (Paoli, 2002).

Considera-se que o enfrentamento das desigualdades sociais pode engendrar iniciativas capazes de exercer influência sobre outras organizações e chamar a atenção para a necessidade da elaboração de políticas públicas. Ademais, tal perspectiva traz em seu bojo a compreensão de que a empresa também depende da sociedade, o entorno faz parte da empresa, afetando-a e sendo afetado por ela.

“Modelização de comportamentos”: responsabilidade e culpabilidade

Em face das relações de força que permitiram a emergência do discurso do ativismo social privado, bem como do acolhimento que suas representações vêm recebendo na cena pública, pode-se verificar todo um aparato de produção de subjetividade que age no sentido de

moldar a maneira como os indivíduos percebem e se articulam na sociedade. A formulação de um sistema de significação referente ao papel social do indivíduo e do setor privado frente às demandas sociais requer a adesão destes ao esquema de representação propagado. Guattari e Rolnik (1986) assinalam que uma mudança social concerne também à produção de subjetividade.

À luz do neoliberalismo, assiste-se o clamor crescente para a participação de entidades privadas no enfrentamento dos problemas sociais e ambientais. Tal apelo ganha contorno cada vez mais nítido, sob enunciados que convocam o cidadão para cumprir o “seu papel”. Indaga-se, então, a origem desta compreensão no contexto social, pois tal “papel” vem sendo entendido na qualidade de “natural”.

Guattari e Rolnik (1986, p.23), sobre subjetividade fabricada, apontam que “o indivíduo consome sistemas de representação, de sensibilidade, os quais não têm nada a ver com categorias naturais universais”.

Neste sentido, salienta-se nossa apreensão de que o sentimento de responsabilidade pela própria condição sócio-econômica partilhado por sujeitos é também um fenômeno produzido no registro do social, visto que não é inerente a uma suposta natureza humana.

Ao contrário de algo natural, ao empreender-se a uma contextualização histórica, apontando alguns dos principais acontecimentos que atravessam nossa questão, pôde-se delinear uma mudança na percepção dos papéis sociais ao longo dos séculos. O que corrobora com a concepção de subjetividade enquanto produção sócio-histórica.

O significado de ‘Estado’ foi precisamente de “um agente que reivindicava o direito legítimo de e se gabava dos recursos suficientes para estabelecer e impor regras e normas que ditavam o rumo dos negócios num certo território” (Bauman, 1999, p.68) .

A noção de responsabilidade individuada é uma noção tardia, assim como as noções de erro e de culpabilidade interiorizada. Num certo momento, se assistiu a um confinamento generalizado das subjetividades, a uma separação dos espaços sociais e a uma ruptura de todos os antigos modos de dependência. Com a Revolução Francesa, não só todos os indivíduos tornam-se de direito, e não de fato, livres, iguais (e perderam suas aderências subjetivas aos sistemas de clãs, de grupos primários), mas também tiveram que prestar contas a leis transcendentais, leis da subjetividade capitalísticas. (Guattari & Rolnik, 1986, p.45)

Face às novas configurações sociais, verifica-se que o sentimento de responsabilidade é acompanhado pelo de culpa e impotência, os quais são vivenciados diante das necessidades e problemas a serem superados nos âmbitos social e econômico, produzindo o distanciamento da possibilidade de lutas e reivindicações por ações efetivas do Estado, o qual se afasta gradualmente do debate de implementação e garantia das políticas públicas.

A não adequação ao modelo instituído e propagado é capaz de instaurar uma crise que afeta (e produz) modos de subjetivação diversos. “A culpabilização é uma função da subjetividade capitalística. A raiz das tecnologias capitalísticas de culpabilização consiste em propor sempre uma imagem referência a partir da qual colocam-se questões tais como; “quem é você?” (Guattari & Rolnik, 1986, p.40)

Guattari e Rolnik (1986) afirmam ainda que “a subjetividade individual resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia e tantas outras” (p.34). Tal exposição tem especial proveito na discussão engendrada no presente trabalho, visto a massificação do chamado para a participação em ações sociais é crescente nos aparelhos midiáticos, por exemplo.

O capitalismo pós-industrial que, de minha parte, prefiro qualificar como Capitalismo Mundial Integrado (CMI) tende, cada vez mais, a descentrar seus focos de poder das estruturas de produção de bens e de serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade, por intermédio, especialmente, do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade, as sondagens etc. (Guattari, 1990, p.30).

A extensão universitária: analisador contemporâneo

A problematização e o enfrentamento das questões sociais vêm ganhando especial relevo nos últimos anos nos debates acadêmicos. Diversas frentes de pesquisa universitária dedicam-se a tais temas, de modo geral, buscando estabelecer uma perspectiva dialógica com diferentes áreas do conhecimento, a fim de sobrepujar as condições de desigualdade e exclusão, a fim de contribuir expressivamente para a mudança da sociedade.

Mais especificamente, nos últimos anos, vem ocorrendo uma gradual alteração na relação entre universidade e comunidade. Entende-se, cada vez mais, a educação como sendo condição para uma autêntica transformação social, visto que pode operar a favor da emancipação dos sujeitos. Encontra-se em foco novas propostas de interação entre os espaços de disseminação dos saberes instituídos e a comunidade de entorno. A problematização e a reformulação do conhecimento tem sido possível pela ação mútua que envolve a interação entre o conhecimento e a prática. Segundo Freire (1970):

A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É a práxis que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (p.70).

Segundo o Plano Nacional de Extensão Universitária: 2000 / 2001 (n.d.), produzido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, a extensão universitária é a atividade acadêmica capaz contribuir significativamente para a transformação social, colaborando para as “discussões, elaboração e execução de políticas públicas que tenham a cidadania e o cidadão como suas principais referências”.

O que se propõe não é uma simples disseminação do conhecimento acumulado no meio acadêmico, mas, sobretudo, o estabelecimento de uma relação que permita a comunicação (e produção) de saberes entre a universidade e a população, um confronto com a realidade do entorno, que torne possível a produção de conhecimentos que visem à transformação, o enfrentamento e a problematização das demandas sociais. Sob esta ótica, entende-se a universidade como parte da sociedade, a população como sujeito desse processo, sendo a sociedade o “espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes” (Plano Nacional de Extensão Universitária: 2000/ 2001, n.d.).

Ensino, Pesquisa e Extensão constituem as três funções básicas da Universidade, segundo o artigo 207 da Constituição Brasileira que dispõe que "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). A Extensão, embora preterida por muitos anos, vem ganhando cada vez maior destaque no meio acadêmico, sobretudo, no período atual, no qual a propagação e valorização do engajamento social são crescentes.

Reconhece-se que a atividade extensionista torna possível à universidade o acesso a novas fontes de conhecimento, bem como a tomada de consciência quanto à problemática social, viabilizando a produção e o aproveitamento de saberes locais. Mediante a Extensão, a

universidade influencia e também é influenciada pela comunidade, possibilitando uma troca de conhecimento e valores entre a universidade e a comunidade. Cumpre ressaltar, ainda, que é crescente a formação de convênios entre universidades e órgãos governamentais, os quais permitem articular as práticas extensionistas com as Políticas Públicas, assegurando a promoção de sua continuidade e potencializando seu alcance.

Uma outra questão bastante pertinente é a do investimento da esfera privada em projetos extensionistas, uma vez que tal setor mostra-se bastante preocupado com o retorno referente ao que foi empregado. Cumpre ressaltar que nem sempre os resultados obtidos em tais projetos podem ser quantificados, pois o que muitos propiciam é na verdade uma emancipação, a qual não pode ser calculada em termos de números, isto é, são transformações no campo da subjetividade, na produção de novos modos de ser e de existir. Assim é que, mesmo as empresas mais bem intencionadas podem revelar-se demasiadamente apegadas à lógica do lucro, privilegiando, assim, avaliando os projetos em termos de custo-benefício em termos financeiros.

Foucault (1999) defende a elaboração de uma crítica local a partir de saberes não legitimados contra discursos globalizantes. Neste sentido, parece fecunda a proposta de Extensão Universitária, por a mesma possibilitar a confluência de saberes (acadêmicos e não-institucionalizados), a crítica sobre o próprio saber acadêmico, a reformulação teórica, a assimilação de “saberes sujeitos” e do reconhecimento dos saberes locais, isto é, admitir que há também saberes para além dos muros da ciência, os quais se constituem no cotidiano e na prática da vida. O que se propõe não é que a universidade torne-se representante daqueles que detém um saber não-institucionalizado, apoderando-se de seu conhecimento para elucidá-los no plano científico, mas que se estabeleça uma relação horizontal, admitindo que a não há maior valor de verdade no saber científico ou não-científico.

Compreendendo-se que para uma efetiva transformação social é primordial a formação de profissionais preparados para atuarem no meio em que estão inseridos como instrumento de mudança, a extensão universitária aparece como uma prática que propicia a interação da universidade com a sociedade, situando o futuro profissional no contexto em que irá atuar e no reconhecimento das demandas da população, viabilizando trocas de saberes, o que favorece a formulação de propostas de intervenção e enfrentamento das questões sociais.

As pessoas que, nos sistemas terapêuticos ou na universidade, se consideram simples depositárias ou canais de transmissão de um saber científico, só por isso já fizeram uma opção reacionária. Seja qual for sua inocência ou boa vontade, elas ocupam efetivamente uma posição de reforço dos sistemas de produção da subjetividade dominante. (Guattari & Rolnik, 1986, p.29)

Considerações finais

Tendo em vista que “a história das Ciências Humanas, em geral, e da Psicologia, em particular, não se dá acima da história política, social e econômica do lugar em que são produzidas” (Bock, 2003, p.31), cumpre problematizar os discursos da Psicologia e o papel do psicólogo, o qual pode operar como agente de transformação ou de manutenção das relações de poder. As teorias e as práticas não devem ser pensadas de forma isolada, já que não é possível uma total neutralidade de produção de conhecimento em um contexto humano, portanto, social e político. Deve-se examinar em que medida as doutrinas são engendradas favorecendo a legitimação do *status quo*.

Segundo correntes historiográficas mais recentes e mais férteis, a história das idéias é sempre social. O que existe é uma história social das idéias, imprescindível à reflexão sobre o presente de uma ciência e de uma profissão. História é unidade de passado, presente e futuro. Para entendermos o presente, é preciso ir em busca de sua constituição histórica. Para pensar o seu futuro é preciso conhecer seu passado e seu presente, sobretudo em busca da identificação dos problemas que terão de ser enfrentados. Impossível pensar o futuro da Psicologia sem conhecer sua instituição num lugar e num tempo social e politicamente determinados. E quando falo em "política" não estou obviamente me referindo a doutrinas político-partidárias, mas à dimensão das relações de poder em vigor em sociedades concretas, das quais as teorias e as práticas fazem parte, seja para reafirmar essas relações, seja para contestá-las. (Bock, 2003, p.30)

É fundamental notar a dimensão política dos saberes científicos, a fim de que se possa produzir formas de escapar das tendências de manutenção e justificação das desigualdades sociais. Ainda mais, é essencial reafirmar o compromisso social da Psicologia como conhecimento e prática que se vincula à sociedade em que está inserida, com o objetivo de propor formas de superação das iniquidades estruturais.

Embarcamos nesse processo de divisão social geral da produção de subjetividade e não há mais volta. Mas, por isso mesmo, devemos interpelar todos aqueles que ocupam uma posição de ensino nas ciências sociais e psicológicas, ou no campo de trabalho social – todos aqueles, enfim, cuja profissão consiste em se interessar pelo discurso do outro. Eles se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar. Isso quer dizer que não há objetividade científica alguma nesse campo, nem uma suposta neutralidade. (Guattari, 1986, p.29)

Daí o imperativo de examinar o contexto social e o cuidado em se afastar de uma perspectiva que favorece exclusivamente setores dominantes da sociedade.

Ao realizar essa tarefa num país como o nosso, em que o povo sempre foi zelosamente afastado dos direitos civis, sociais e políticos, os psicólogos servem à justificação de uma sociedade dividida em que os direitos são desiguais. Ao reforçar cientificamente a crença de que os lugares sociais são distribuídos segundo o mérito de cada um, colabora com a impressão de existência de igualdade de oportunidades, quando, na verdade, nunca fomos liberais, muito menos democráticos. (Bock, 2003, p.33)

E ainda:

Aos protagonistas da liberação social cabe a tarefa de reforjar referências teóricas que iluminem uma via de saída possível para a história que atravessamos, a qual é mais aterradora do que nunca. Não somente as espécies desaparecem, mas também as palavras, as frases, os gestos de solidariedade humana. Tudo é feito no sentido de esmagar sob uma camada de silêncio as lutas de emancipação.... (Guattari, 1990, p. 26)

É preciso, portanto, traçar linhas de fuga que, segundo Deleuze e Parnet (1998), é o mesmo que ser estrangeiro em sua própria língua. É lançar um olhar diferenciado, capaz de abalar seu próprio modelo e produzir acontecimentos no cotidiano em que se vive, afetando o sistema e impedindo-o de ser homogêneo, propiciando encontros que seriam, a priori, o em-si. Fuga não significa renúncia, muito pelo contrário. É antes de mais nada um fazer fugir, uma atitude ativa capaz de produzir um sair dos eixos, estes que, em um plano cartesiano, são meramente uma abscissa e uma ordenada os quais não se afetam, não produzem encontros, nem agenciamentos. É preciso produzir estranhamentos, subverter a ordem, fazer passar fluxos que produzem rupturas e efeitos de desterritorializações na ordem estabelecida.

Referências Bibliográficas

Bauman, Z. (1999). *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____ (2007). *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bock, A.M.B. (2003) *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003.

Chauí, M. (2002) *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática.

Cheibub, Z.B. & Locke, R.M. (2002), Valores ou interesses? Reflexões sobre a Responsabilidade Social das empresas. In Kirschner, Gomes & Cappellin (Orgs.). *Empresa, empresários e globalização*. Rio de Janeiro: FAPERJ e Relume Dumará.

Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: MEC.

Cresce interesse por práticas de responsabilidade social (17 Dez. 2007). *Gazeta Mercantil*.

Deleuze, G. & Parnet, C. (1998). Políticas. In *Diálogos*. São Paulo: Escuta.

Ethos Instituto de Pesquisa Aplicada. (n.d.). [Recuperado em 24 maio, 2008]. Disponível em <http://www.ethos.com.br>.

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. Martins Fontes: São Paulo.

Freire, P. (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Giddens, A. (1991). *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp.

Guattari, F. (1990). *As três ecologias*. Campinas: Papyrus.

Guattari, F., & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica. Cartografias do Desejo*. Petrópolis, Vozes.

Hobbes, T. (1997). *Leviatã*. São Paulo: Nova Cultural.

Kastrup, V. (2007). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia e Sociedade*, 19(1), 15-22.

Kuczynski, P. & Williamson, J. (2004). *Depois do Consenso de Washington*. São Paulo: Saraiva.

Paoli, M.C. (2002) Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 373-418.

Plano Nacional de Extensão Universitária: 2000/2001. (n.d.) [Acessado em 17. Mai. 2008] . Disponível em <http://portal.mec.gov.br> .

Rousseau, J. (1973) *O Contrato Social, Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. São Paulo: Editora Abril.

Endereço para correspondência:

Rua Siqueira Campos, 225/ 901 – Copacabana

Rio de Janeiro – RJ CEP 22031-071

E-mail: srta.marinho@gmail.com

Recebido em 09/12/2008.

Aceito para publicação em 05/01/2009.